



Linha de comunicação relativamente aos valores dos défices orçamentais de 2011 e 2012

A magnitude do desvio estimado para 2011 e o curto espaço de tempo disponível impossibilitou a correcção do desvio com recurso essencialmente a medidas de carácter estrutural. Assim, como o Governo já tinha anunciado com toda a transparência, o desvio de 2011 foi colmatado com receitas de carácter extraordinário, resultantes essencialmente da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos para a segurança social. No processo, foi garantida a compatibilização dos interesses dos contribuintes com a estabilidade financeira, como atestado pelas instituições internacionais. Em termos gerais, esta operação, embora de carácter extraordinário, tem alguns benefícios nesta conjuntura particular que vão para além do cumprimento do objectivo orçamental. De facto a operação permite um encaixe financeiro substancial para o Estado numa conjuntura de extrema dificuldade em aceder aos mercados. Este encaixe vai permitir aumentar a capacidade do Estado para pagar dívidas e vai também gerar recursos para a recapitalização de bancos caso tal seja necessário. Assim, não é uma operação meramente circunstancial.

Note-se que é importante ressaltar que o valor dos défices a apurar em 2011 e 2012 de acordo com as regras do Eurostat irão diferir substancialmente dos défices para efeito da avaliação do PAEF, o que coloca desafios à comunicação.

Com esta operação temporária, o défice orçamental para 2011 situa-se em cerca de 4% do PIB (que compara com o limite constante no PAEF de 5,9%). Contudo, o valor do défice estrutural para 2011, que corrige o efeito do ciclo e outros efeitos de curto prazo como a dos fundos de pensões, será de 7,1% do PIB, aproximadamente o mesmo valor previsto pelo Orçamento do Estado para 2012 (7,0%).

Para 2012, o efeito é o inverso: o valor final do défice orçamental será superior ao previsto pelo Orçamento do Estado e pelo PAEF (4,5%). Tal deve-se, em particular, ao efeito combinado de várias parcelas relacionadas com a utilização das receitas dos fundos de pensões:

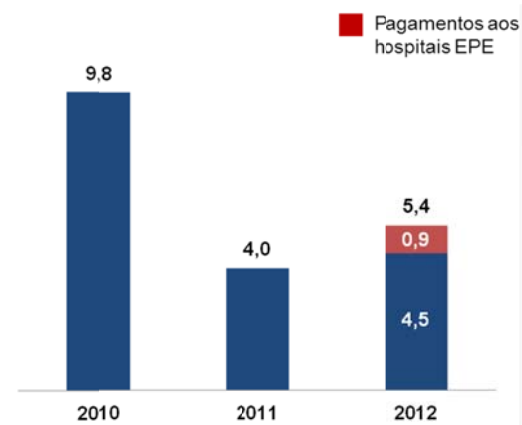
- Parte das receitas dos fundos de pensões irá ser utilizada para reduzir o *stock* de pagamentos em atraso em 2012, nomeadamente através do pagamento de cerca de 1500 milhões de euros a hospitais fora do perímetro (Hospitais EPE). Esta operação

tem impacto no défice, em cerca de 0,9% do PIB, dado que estes pagamentos são efectuados a entidades fora do perímetro das Administrações Públicas.

- O pagamento de pensões em causa pela Segurança Social em 2012 será de aproximadamente 478 milhões de euros.
- A utilização dos restantes 4500 milhões de euros deverá permitir obter poupanças em juros de cerca de 225 milhões de euros.
- O diferencial resultante destas operações será compensado com medidas de carácter temporário, designadamente vendas de concessões do jogo, vendas de património e poupanças de juros nas PARs.

A consequência destes efeitos será um aumento do défice de 2012, calculado de acordo com as regras do Eurostat, para cerca de 5,4% do PIB (Gráfico 1).

Gráfico 1. Déficit Orçamental
(em percentagem do PIB)



Nota: Assumindo medidas adicionais de carácter temporário em 2012 no valor de 0,3% do PIB

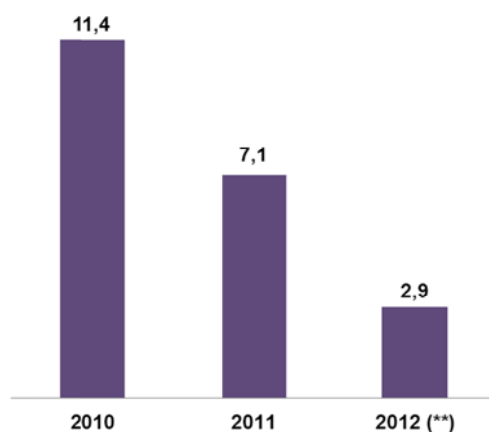
Fonte: Ministério das Finanças

A dimensão da operação dos fundos de pensões introduz assim uma distorção significativa no valor do défice calculado pela óptica do Eurostat e demonstra que o conceito de saldo estrutural (que corrige o saldo do efeito das flutuações cíclicas e de outros efeitos de curto prazo) é de facto o mais relevante para a análise orçamental. Refira-se ainda que a "Golden Rule" acordada na última Cimeira Europeia se baseia num conceito de saldo estrutural, isto é, os Governos assumiram que o défice orçamental estrutural não pode ser superior a 0,5% do PIB.

No que diz respeito a 2012, o défice orçamental não poderá exceder 4,5% do PIB. As medidas necessárias para atingir esse objectivo, anteriormente determinadas, implicam um esforço equivalente a 5,3% do PIB. Com a operação da transferência do fundo de pensões, este esforço deverá aumentar. Cálculos preliminares sugerem que as poupanças em termos de juros não permitirão cobrir totalmente o acréscimo da despesa com o pagamento de pensões, sugerindo um agravamento do défice orçamental estrutural em 2012 de cerca de 0,1-0,2 p.p. do PIB. Juntamente com o efeito de agravamento do cenário macroeconómico (aproximadamente 0,1% do PIB), as estimativas indicam a necessidade de medidas adicionais no valor de cerca de 0,3% do PIB. Assim, de facto a execução orçamental de 2012 tornou-se ligeiramente mais difícil.

A utilização do saldo orçamental estrutural permite perceber melhor a verdadeira evolução das contas públicas e ultrapassar as dificuldades inerentes à contabilização da operação dos fundos de pensões. De acordo com as últimas estimativas, o défice estrutural deverá reduzir-se de 7,1% em 2011 para 2,9% em 2012 (Gráfico 2). Note-se que antes da contabilização total dos fundos de pensões, o défice estrutural estimado no Orçamento do Estado para 2012 era de 7,0% e 2,6% em 2011 e 2012, respectivamente.

Gráfico 2. Déficit estrutural^(*)
(em percentagem do PIB)



(*) Corrigido de receitas extraordinárias e, em 2012, do impacto da transferência de 1500 milhões de euros para os Hospitais EPE

(**) Assumindo medidas adicionais de carácter temporário em 2012 no valor de 0,3% do PIB

Fonte: Ministério das Finanças